



UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADE: UM OLHAR SOBRE A APA DA CHAPADA DO ARARIPE

Beatriz Ayres Stanford¹, Ana Violeta Suassuna Guedes², Expedito Hugo Carvalho da Silva³, Leandro Ribeiro Gomes⁴

Resumo: O foco, é analisar as legislações ambientais aplicadas às Unidades de Conservação, com ênfase na Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe, situada entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. A metodologia é abordagem qualitativa, de natureza básica, com caráter exploratório e descritivo, utilizando da revisão bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam que, embora a legislação forneça solidez na proteção ambiental e uso sustentável do espaço, há desafios, em relação à percepção da população local, que demonstra desconhecimento aos objetivos e restrições da APA. Destacam-se pontos positivos, como a valorização ambiental, cultural e turística, e negativos, com cessar de práticas tradicionais de subsistência. Ademais, salienta-se a urgência eficácia frente ao risco de extinção das espécies, como o soldadinho do araripe. Assim, a APA precisa da integração entre legislação, educação ambiental e comunitária, para o seu desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Chapada do Araripe. Impactos. APA. Sustentabilidade.

1. Introdução

As Unidades de Conservação representam instrumentos essenciais da Política Nacional do Meio Ambiente voltados à proteção de ecossistemas naturais, à preservação da biodiversidade e à promoção do uso sustentável dos recursos naturais existentes, como descrito na Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. De acordo com a legislação, o SNUC é composto por unidades de conservação municipais, estaduais e federais que cumprem importante função na tentativa de equilibrar a conservação ambiental com as necessidades econômicas e sociais das populações no entorno.

Tendo em vista as categorias das Unidades de Conservação, o Decreto 5.587/1997 estabelece a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, com área aproximada de 1 milhão de hectares distribuídos entre 33 municípios dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. A APA da Chapada do Araripe é composta por uma vasta diversidade de espécies da fauna e flora local, e possui como objetivo proteger não só as espécies nativas ameaçadas de

1 Universidade Regional do Cariri, email: beatriz.stanford@urca.br

2 Universidade Regional do Cariri, email: violeta.suassuna@urca.br

3 Universidade Regional do Cariri, email: expedito.hugo@urca.br

4 Universidade Regional do Cariri, email: leandro.gomes59@urca.br



extinção, mas também os registros culturais, paleontológicos e arqueológicos da região.

A presença da Unidade de Conservação impõe limites e diretrizes ao uso do solo, o que gera impactos diretos na dinâmica urbana, econômica e sociocultural das cidades da região, que experienciam um crescimento acelerado e, por vezes, desordenado. Sendo assim, o presente estudo busca analisar a eficácia da legislação ambiental aplicada à APA da Chapada do Araripe e sua capacidade de proteger o território frente às ações antrópicas.

2. Objetivo

Objetivo geral: Analisar as Legislações Ambientais existentes aplicadas às Unidades de Conservação, em especial a Área de Proteção Ambiental (APA) a da Chapada do Araripe.

Objetivos específicos:

- Investigar o histórico de criação e a categoria legal da APA da Chapada do Araripe.
- Identificar os impactos decorrentes da criação da Unidade de Conservação para a área em seu entorno.
- Avaliar a aplicação prática da legislação ambiental na APA.

3. Metodologia

Para o presente trabalho, foi-se utilizado a abordagem é qualitativa, quanto a natureza é básica, em relação aos objetivos é exploratória e descritiva, e os procedimentos adotados foram a pesquisa bibliográfica, análise documental especificamente das Legislações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei nº 9.985/2000), o decreto 5.587/1997 sobre a criação da APA da Chapada do Araripe e relatórios técnicos produzidos por órgãos ambientais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Para mais, foi utilizado os descritores na língua portuguesa e inglesa: impactos, entorno, APA da Chapada do Araripe, a fim de fomentar a legislação vigente com os desafios enfrentados na gestão da APA, considerando os impactos ambientais e urbanos observados em seu entorno.

4. Resultados

Os resultados obtidos refletem o grau de efetividade da legislação vigente, bem como os principais desafios enfrentados para a consolidação das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Observou-se que os impactos sociais, econômicos e ambientais moldam significativamente a dinâmica da região, revelando tensões entre o desenvolvimento local e a conservação da biodiversidade e dos patrimônios naturais, culturais e ambientais protegidos pela APA.

Entre as melhorias, destaca-se a necessidade de uma catalogação mais abrangente das espécies existentes, além da proposição de soluções que



favoreçam a reprodução de animais em risco de extinção, um exemplo notório é o caso do soldadinho do araripe (*Antilophia bokermanni*), ave endêmica da região do Cariri, cuja reprodução é prejudicada pela presença do Neem indiano (*Azadirachta indica*), espécie vegetal exótica que afeta seu sistema reprodutivo. Conforme a matéria publicada pelo G1 (2023), a nova lista de espécies ameaçadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) inclui onze espécies do Ceará classificadas como criticamente em perigo de extinção, a categoria antes da extinção total.

Essas atualizações reforçam a urgência de medidas de conservação mais eficazes no estado do Ceará, especialmente em áreas de rica biodiversidade como a Chapada do Araripe, os principais fatores apontados para o declínio dessas populações incluem o desmatamento, a expansão urbana desordenada, a caça predatória e as mudanças climáticas. Ademais, no tocante à proteção do patrimônio paleontológico, observa-se a necessidade de racionalizar práticas construtivas com base nos pilares da sustentabilidade econômica, ambiental e cultural, valores que demandam maior atenção e valorização. Um marco nesse contexto foi a cerimônia de repatriação de mais de 900 fósseis, trazidos da Alemanha, França e Reino Unido, com apoio da Universidade Regional do Cariri (URCA) e a atuação destacada do ex-reitor Lima Júnior.

No entanto, a percepção da população local ainda é fragmentada, ou seja, muitos moradores não compreendem os objetivos da APA, nem os fundamentos da legislação que rege o uso do território, o que evidencia uma lacuna no processo de educação ambiental e participação social. Em diversos relatos analisados, moradores da região demonstram desconhecimento sobre o que é a Chapada do Araripe e desconhecem a legislação que os impede de utilizar as áreas como anteriormente faziam para coleta de frutas, madeira e água, atividades que geravam renda e sustento. Sendo esses, os impactos negativos, um vez que o público que habita esses espaços perto da Chapada desconhecem sua verdadeira riqueza natural.

Sendo assim, os impactos positivos da criação da APA incluem a valorização simbólica e cultural da região, o crescimento do turismo ecológico, a conservação ambiental e o potencial para implementação de projetos sustentáveis. Contudo, ainda há impasses, especialmente nas áreas do entorno da Chapada, onde persistem intervenções arquitetônicas que desrespeitam os princípios ecológicos e a identidade paisagística local, construções essas, muitas vezes insustentáveis, que resultam na impermeabilização do solo e impedem o crescimento das vegetações existentes.

Outrossim, observa-se, portanto, uma dualidade na percepção das comunidades: de um lado, há orgulho pela valorização ecológica e pelas oportunidades do ecoturismo; de outro, persiste o sentimento de perda pelo rompimento com práticas tradicionais de subsistência, especialmente após a



promulgação da Lei Municipal nº 257/1981, que passou a controlar a atividade agropecuária na área da Chapada do Araripe.

5. Conclusão

Com base na análise documental e bibliográfica realizada, constatou-se que os objetivos propostos neste estudo foram plenamente atendidos. A investigação do histórico de criação e da categoria legal da Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe permitiu compreender sua inserção no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), bem como sua importância estratégica na proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos patrimônios naturais e culturais da região.

Além disso, a pesquisa possibilitou identificar os principais impactos decorrentes da implementação da APA no território e em seu entorno. Foram observados impactos positivos, como a valorização ambiental, cultural e turística da Chapada, e negativos, como o distanciamento da população local frente às normativas legais, especialmente no que se refere ao uso tradicional de recursos naturais. Essa dualidade evidencia o desafio de conciliar a conservação ambiental com as práticas históricas de subsistência das comunidades que habitam o entorno da unidade de conservação.

A avaliação da aplicação prática da legislação ambiental também revelou a existência de entraves significativos, tanto estruturais quanto sociais, que dificultam o cumprimento pleno dos objetivos estabelecidos em lei. A falta de educação ambiental, a carência de fiscalização efetiva e o desconhecimento da população quanto às finalidades da APA comprometem a efetividade da norma e fragilizam a proteção do território frente às ações antrópicas, como o desmatamento, a caça predatória, a expansão urbana desordenada e a introdução de espécies exóticas.

Dessa forma, conclui-se que a APA da Chapada do Araripe representa um importante instrumento de preservação ambiental, mas sua eficácia depende diretamente da integração entre legislação, gestão participativa e educação ambiental. É fundamental fortalecer o vínculo entre as comunidades locais e os órgãos gestores, promover ações de conscientização e fomentar práticas sustentáveis que respeitem tanto o meio ambiente quanto a cultura e a economia locais. A valorização da biodiversidade, aliada à proteção do patrimônio paleontológico e à expansão do turismo ecológico, pode representar uma via sustentável para o desenvolvimento regional, desde que conduzida com responsabilidade social e ambiental.

6. Referências

APA CHAPADA DO ARARIPE. Disponível em:

<<https://uc.socioambiental.org/arp/1194>>. Acesso em: 10 abr. 2025.



BRASIL. Decreto de 4 de ago. de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, v. 61, p. 15-22, ago. 1997. **Legislação Federal e Marginália.**

CALHEIROS, Celso. **Soldadinho do Araripe se transforma em ícone regional.** Disponível em: DAS NEVES, Belmiro Pereira; DE OLIVEIRA, Itamar Pereira; NOGUEIRA, J. C. M. Cultivo e utilização do nim indiano. 2003.. Acesso em: 10 abr. 2025.

CEARÁ (Estado). Fósseis repassados pela PF à Urca contam com peça rara de preguiça gigante. Disponível em: CALHEIROS, Celso. Soldadinho do Araripe se transforma em ícone regional. Disponível em: DAS NEVES, Belmiro Pereira; DE OLIVEIRA, Itamar Pereira; NOGUEIRA, J. C. M. **Cultivo e utilização do nim indiano.** 2003.. Acesso em: 10 abr. 2025.. Acesso em: 10 abr. 2025

G1 CEARÁ. Soldadinho-do-araripe e outras dez espécies do Ceará aparecem como criticamente em perigo de extinção em nova lista do ICMBio. Disponível em: O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Brasil: **Scientific American**, v. 1, n. 1, 2010. Anual. Desafio de Preservação.. Acesso em: 10 abr. 2025.

GEOPARK ARARIPE. A APA Araripe. Disponível em: O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Brasil: **Scientific American**, v. 1, n. 1, 2010. Anual. Desafio de Preservação.. Acesso em: 10 abr. 2025.

GÓIS, Rayr Cezar de Souza. **Toxicidade reprodutiva da semente de neem** (azadirachta indica A. Juss.) Em codorna (coturnix coturnix japônica linnaeus, 1758) macho: Características seminais, estudo histopatológico e Histomorfométrico do parênquima testicular. 2018.

O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Brasil: **Scientific American**, v. 1, n. 1, 2010. Anual. Desafio de Preservação.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de conservação brasileiras: Brasil: Megadiversidade, 2005. **Color.** Volume